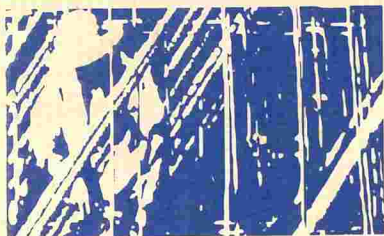


**ARQUIVO
PÚBLICO**



DO DISTRITO FEDERAL



**CADERNOS DE
PESQUISA**

ISSN 1413-2524

Katia Isabelli Melo de Souza

Políticas Públicas: o uso dos Arquivos
na Contemporaneidade

Nº 7
nov/97

Governador do Distrito Federal
CRISTOVAM BUARQUE

Vice-Governadora
ARLETE AVELAR SAMPAIO

Secretário de Cultura e Esporte
HAMILTON PEREIRA DA SILVA

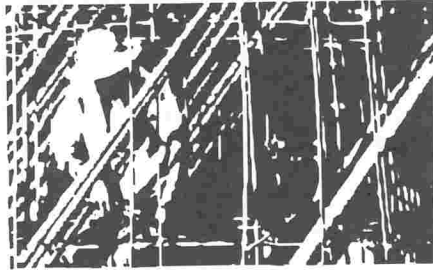
Secretário-Adjunto de Cultura e Esporte
Evandro Salles

Superintendente do ArPDF
WALTER ALBUQUERQUE MELLO

Diretor Executivo da
Fundação Cultural do Distrito Federal
NILSON RODRIGUES DA FONSECA

Foto da Capa: Construção do Tribunal Superior Eleitoral - s/d
Fundo Novacap - Acervo ArPDF

ARQUIVO PÚBLICO



DO DISTRITO FEDERAL

CADERNOS DE
PESQUISA

ISSN 1413-2524

Katia Isabelli Melo de Souza

Políticas Públicas: o uso dos Arquivos
na Contemporaneidade

Nº 7
nov/97

ISBN 85-85245-20-4

Conselho Editorial

Walter Albuquerque Mello - Presidente
Ana Cláudia C. B. Gracindo
Georgete Medleg Rodrigues
Jackson Cavalcanti Júnior
Marli Guedes da Costa
Vânia Caldas
Zila Silva

RT
930.25:32(817.4)
A 772 p
ex. 04

S 731

Souza, Katia Isabelli Melo de.

Políticas públicas: o uso dos arquivos na contemporaneidade / Katia Isabelli Melo de Souza. Brasília : ArPDF, 1997.

16 p. (Caderno de Pesquisa, 7)

ISBN: 85-85245-20-4

ISSN: 1413-2524

1 - Arquivística 2 - Arquivo Público I - Título II - Série

CDU: 930.25:35

As opiniões emitidas no texto são de inteira e exclusiva responsabilidade do autor.

MPN: 2972

Apresentação

O tratamento dispensado aos arquivos, no Brasil, apresenta animadoras fases de progresso ou deploráveis manifestações de retrocesso.

Já vivemos em plena expectativa de um novo milênio e com expressivos indícios de amadurecimento ao encarar questões de natureza política, social, econômica e outras tantas. O país ainda não se conscientizou da importância e das contribuições positivas, para não dizer fundamentais, que os documentos produzidos imprimem ao cotidiano da vida em todos os seus aspectos.

Infelizmente ao eclodir os grandes escândalos na administração pública é que se revela com maior intensidade, que transparece em toda sua amplitude, o valor, a contribuição dos arquivos. E as CPI's constituídas, os inquéritos em curso, as investigações e outros procedimentos que buscam esclarecer fatos e ações, recorrem a eles e lá descobrem a verdade e recolhem as provas necessárias ao julgamento objetivo das matérias em estudo. Nessas horas os arquivos deixam de ser meros "*depósitos de papel velho*" para se tornarem os "*repositórios da Justiça*"! Justiça que, diga-se de passagem, quase nunca os alcança para reconhecer sua utilidade e lhe conferir meios para melhor exercer suas funções.

Eclipses, fenômenos em que a conjugação de fatores determina o escurecimento, impõe períodos de trevas, acontecem em vez por outras. Na Arquivologia pátria também se verifica a ocorrência de eclipses, mas de efeitos contrários: a junção de iniciativas que derramam luz e contribuem para afastar buracos negros da ignorância ou incompetência.

Assim sucede quando repartições arquivísticas federais, estaduais, municipais ou distrital editam publicações informando sobre documentos de seu acervo ou apresentando artigos técnicos e novidades de interesse para a área. Concomitantemente, oferecem oportunidade para os profissionais e estudiosos escoarem seus trabalhos e experiências ou resultados de pesquisa. De fato, o Arquivo Público do Distrito Federal, na série "*Cadernos de Pesquisa*", tem apresentado trabalhos que representam apreciável colaboração e estímulo aos estudos da arquivologia brasileira.

Temos, agora, uma realização digna de nota no encontro de um Arquivo Público, uma profissional dedicada e um assunto ainda pouco explorado no Brasil.

O texto escolhido para o presente número e que nos cabe apresentar analisa uma das relevantes funções dos arquivos, embora pouco reconhecida no Brasil: a sua influência na educação. Foi o tema de uma dissertação de mestrado, elaborada a partir de dados colhidos em uma pesquisa bem aplicada. Nessa pesquisa, o Arquivo Público do Distrito Federal teve um papel fundamental devido aos projetos que realizou e está retomando, com relação às atividades voltadas para a inserção dos arquivos no contexto educacional.

A autora, bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Memória Social e Documentos pela Universidade do Rio de Janeiro, vem se destacando no magistério superior da Universidade de Brasília e prestando valiosa colaboração ao Núcleo Regional de Brasília, da Associação dos Arquivistas Brasileiros, como diretora.

Para finalizar, reconhecendo a competência e dedicação à causa arquivística da Prof^a Katia Isabelli Melo de Souza, esperamos que nos ofereça, proximamente, outros estudos de igual relevância.

José Pedro Esposel
Arquivista

Prof. Titular do curso de Arquivologia da UFF (aposentado)
Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Pode um povo elaborar o seu futuro, ou mesmo chegar a compreender o seu presente, se perder a lembrança de suas raízes?

Franklin de Oliveira

A contribuição das instituições culturais, especificamente os Arquivos Públicos, para os estabelecimentos de ensino tem sido objeto de discussão no campo da arquivística. Esta proposta busca, em sua essência, estreitar e referendar a possibilidade de se institucionalizar atividades práticas pedagógicas, adequando-as e tornando-as aplicáveis junto aos Arquivos Públicos.

A finalidade precípua dos arquivos, consolidada universalmente, é proporcionar o acesso à informação. Contudo, a utilização dos Arquivos Públicos brasileiros ainda não atingiu os limiares do que se poderia considerar como desejável. A idéia que prevalece, ainda, é o antigo conceito atribuído aos Arquivos como “coisa velha”, “depósito empoeirado” e tantos outros. Como temos lutado para reverter essa imagem errônea e antagônica acerca dos arquivos, consideramos prudente suprimirmos maiores comentários acerca desta.

Um dos objetivos dos Programas Públicos é contribuir para que o acesso às instituições arquivísticas tenham um crescimento vertiginoso. O estigma de que o Arquivo é uma instituição de elite já está obsoleto e, se ainda não foi extinto, deverá sê-lo. Com as atividades culturais busca-se a dessacralização dos Arquivos.

1 - Arquivos: lugar de memória

Antes de estabelecermos a relação **arquivo x memória** faz-se necessário registrarmos o conceito de arquivo. A definição clássica alude que seja o “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor” (AAB, 1990, p.16). Segundo Carbone, “os arquivos, ao contrário das bibliotecas ou de outros tipos de coleções, não constituem um conjunto de documentos formado em vista de uma finalidade específica: eles representam mais que tudo o produto da atividade do organismo ou da pessoa, na totalidade dos traços documentários que se conservam. Portanto, eles são a vida documentária do ‘sujeito produtor’” (1981, p.1). Os dois conceitos apresentados assemelham-se e completam-se, revelando o fundamento teórico do termo.

Sendo os Arquivos os equipamentos destinados à salvaguarda dos documentos que possuem caráter valorativo, eles possibilitam revelar e são básicos para o entendimento e a compreensão de todo o processo evolutivo do órgão produtor, quer

seja pessoa física ou jurídica, pública ou privada. As características peculiares dos arquivos não se esgotam nesses aspectos elementares. Os pressupostos fundamentais que caracterizam as especificidades dos arquivos, diferenciando-os de outras instituições culturais, são o caráter orgânico e as especificidades dos documentos que os compõem, sendo estas: origem jurídica, caráter seriado, unicidade e objetividade (HEREDIA HERRERA, 1991, p.117). A amplitude do conceito de documento revela-o como sendo qualquer informação registrada em algum tipo de suporte decorrente da atividade humana. Diferindo desse conceito, as especificidades que constituem o documento de arquivo expostas acima revelam-no como documento produzido em decorrência de atividades jurídicas, funcionais, administrativas e legais. Elucidando as especificidades dos documentos, verifica-se que a origem nos órgãos produtores pressupõe o testemunho de uma atividade, revelando uma das características peculiares dos documentos de arquivo: produzidos para servirem de prova e de testemunho. Como segundo elemento das especificidades dos documentos de arquivo, o caráter seriado representa o processo natural e acumulativo que compõe o arquivo. Os documentos que vão sendo incorporados ao acervo serão integrados a uma ordenação lógica preestabelecida. Essa lógica vai definir a relação orgânica dos documentos entre si. Isso se aplica pelo fato de que o documento de arquivo não é tratado isoladamente¹. Esse caráter seriado, aliado à origem produtora, preconiza o conceito básico da arquivística: o princípio de respeito aos fundos. Segundo esse princípio, os documentos acumulados por um órgão ou pessoa não devem ser mesclados a outros.

A relevância desse princípio, no que se refere aos documentos de arquivo, é exposta por Duchein ao considerar que "é essencial para a apreciação de um documento qualquer, saber com exatidão quem o produziu, em que circunstâncias, no desenrolar de que ação, com que objetivo, a quem se destinava, como e quando foi recebido por seu destinatário e por que meios chegou até nós. Tal conhecimento só é possível na medida em que o conjunto de documentos que o acompanha tenha sido conservado intacto, individualizado, sem possível mistura com documentos de outras proveniências, mesmo que esses se refiram ao mesmo objeto" (1982, p.17).

Enquanto a unicidade do documento de arquivo revela-o como documento único, exclusivo e original, contrapondo-se a outros documentos, inclusive os produzidos em grande quantidade, a objetividade do documento implica em revelar os atos e fatos de maneira clara, direta, precisa e objetiva. Por último, outro elemento intrínseco ao documento de arquivo é a própria informação.

Segundo Lefebvre, "não há notícia histórica sem documentos... pois se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se" (LE GOFF, 1984, p.98). Samaran complementa a citação de Lefebvre ao enfatizar que "não há história sem documento... Há que tomar a palavra "documento" no

¹ - Michel Duchein contempla que "o documento de arquivo... não tem razão de ser isoladamente. Sua existência só se justifica na medida em que pertença a um conjunto" (1982, p.17).

sentido amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra maneira” (LE GOFF, 1984, p.98). A contribuição dos documentos para o relato histórico é inegável: de que outra maneira poder-se-ia traçar os fatos marcantes e decisórios que nos revelam o desencadeamento da história da humanidade que não com o auxílio dos documentos, dos registros? Le Goff é enfático ao considerar que o registro escrito tem, como uma das funções principais “o armazenamento de informações que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação e memorização...” (1984, p.17). Isso posto, os documentos não se constituem apenas em registro de informações, mas permitem que essas informações sejam transmitidas a outrem.

Acreditamos que os elementos aqui expostos implicam na comprovação de que os documentos de arquivo constituem-se como base teórica para que se compreenda a evolução dos órgãos produtores, bem como possibilitam a reorganização de seus arquivos, quando esta se fizer necessária.

Atuando como depositário da história e objetivando congregar os conjuntos documentais, as instituições culturais, e notadamente os Arquivos, tornam-se seus guardiães, visto que representam o espaço destinado a salvaguardar documentos em suportes variados. No entanto, as informações neles contidas é que constituirão a memória depositada no Arquivo. Mas, o que vem a ser memória? O conceito atribuído por Le Goff é de que a memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje...” (1984, p.46). Essa característica atribuída à memória pressupõe que ela só poderá ser resgatada no momento em que ocorrer a busca, ou seja, a pesquisa.

Concebidos num sentido amplo, atualmente os Arquivos são associados a instituições que buscam servir à Administração e à História. Rompeu-se com o velho estigma de identificá-los como “auxiliares” a serviço da História, para constituírem-se como um dos equipamentos “indispensáveis” da reconstrução do processo evolutivo da humanidade, ou seja, os Arquivos formam a base teórica imprescindível à reconstrução da história.

Centrado nas finalidades principais atribuídas ao uso dos Arquivos, estas apontam-no como elemento e suporte para a tomada de decisões. Aliada a esta, insere-se a amplitude do uso dos Arquivos como fonte de pesquisa. Entretanto, o que se percebe em âmbito nacional é que poucos pesquisadores vislumbram o Arquivo como agente de transformação, devido a não conseguirem discernir os elementos referenciadores nele contido. Ainda é incipiente a percepção dos conceitos de memória e patrimônio cultural vinculados aos Arquivos. O desconhecimento desses conceitos, aliado ao próprio desconhecimento das funções arquivísticas, contribui para a ineficácia do uso social dos Arquivos.

A base teórica do que se constitui como arquivo de caráter permanente está associada, dentre outras, à questão da memória, do que se constitui como patrimônio,

quer seja público, quer seja privado. O valor permanente dos documentos também decorre da sua relevância como elemento comprobatório, legal, fiscal e outros. Os Arquivos, além de servirem à Administração e à História, constituem a base teórica e prática para que se compreenda o processo evolutivo do órgão produtor, quer seja pessoa física ou jurídica, órgão público ou privado, pois revelam as funções e atividades por ele desenvolvidas. Como garantia a esse processo, os arquivos não poderão estar desorganizados e, muito menos, fragmentados. A integração, a ordem natural e o processo orgânico que constitui um fundo de arquivo são os elementos essenciais para que os arquivos possam ser abertos à consulta e, conseqüentemente, ao pesquisador.

Uma grande parte dos Arquivos das instituições públicas revelam-se como meros guardiães da memória, quando apenas recolhem e preservam os acervos produzidos ao longo dos anos, na administração pública. Pesquisas realizadas nesses arquivos apontam um percentual relativamente reduzido de pesquisas. Entretanto, a função primordial dos arquivos na sua fase permanente não deve ser apenas de guardiães da memória. As propostas para a arquivística contemporânea são apresentadas por Espoel quando ele considera que se deve "colocar os arquivos à disposição da comunidade, como autênticos laboratórios da História, após cumprirem suas funções primeiras junto às administrações" (1994, p.174). Sendo assim, os Arquivos, enquanto Instituições, devem ser mais atuantes e participativos, principalmente junto às comunidades. Referimo-nos, basicamente, aos Arquivos Municipais, os quais representam a memória coletiva de uma comunidade. De que maneira esses Arquivos podem cooperar e envidar esforços no sentido de transformarem-se em "memória ativa"? Partindo do pressuposto de que os Arquivos deverão assumir uma de suas funções básicas, que é a de favorecer o acesso, atender e auxiliar o público no resgate da memória.

2 - A Educação gerando mudanças

Ao analisarmos a questão da educação devemos entendê-la como agente de transformação, visto ser propulsora de mudanças nos indivíduos. Tal mudança efetuar-se-á devido aos novos conhecimentos adquiridos. Para o desenvolvimento do presente trabalho, consideramos Educação como o "processo de aquisição e construção de conhecimentos, valores, atitudes e habilidades que se constituem em base para viver e participar da sociedade de forma autônoma, quer do ponto de vista intelectual como moral, social e afetivo" (BAETA, 1995, p.1). Sendo assim, todo o conhecimento adquirido virá ampliar esse processo, nunca retrocedê-lo ou mesmo extingui-lo, pois, visto ser um processo, está em contínuo desenvolvimento. Nesse sentido, o homem atua de forma participativa e interativa. Num primeiro momento, adquire e constrói os conhecimentos ao assimilar o que lhe é transmitido. No último, torna-se agente ao influir nos que buscam Educação.

A metodologia de ensino utilizada atualmente na grande maioria das instituições elege como recurso didático o uso de livros e, mais recentemente, apostilas condensadas. Os textos que abordam os assuntos das disciplinas científicas chegam prontos aos alunos, impedindo que se estabeleça um aprofundamento acerca do fato estudado. O ensino da leitura é fundamental na fase escolar e, para tal, o professor deve assumir o papel de orientador a fim de extirpar o "texto trivializado". Klieman é enfática ao declarar que "todos sabemos, hoje, que o bom leitor é aquele que lê muito e que gosta de ler, e concordaríamos em que o caminho para chegar a ser um bom leitor consiste em ler muito. Também sabemos que o fracasso contínuo desencorajará até o mais entusiasta. Entretanto, insiste-se, na escola, na utilização de apenas um tipo de texto, o texto didático, assim expondo a criança ao que há de mais inconsistente, incoerente, e incompreensível em matéria de textos" (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995, p.3)². A observação apresentada por Klieman ilustra, de forma concisa, que se o aluno não foi instruído para a leitura nos primeiros anos da escola, inevitavelmente não será dado a nenhum tipo de leitura futuramente.

A introdução de novas metodologias de ensino deve buscar efetivar o fundamento da educação nos indivíduos, ou seja, provocar mudanças. Para tal, salientamos a participação de instituições culturais, notadamente os Arquivos, no processo de aprendizado do público jovem. Nesse contexto estão inseridos os documentos de arquivo, nosso objeto de análise. Os documentos são fontes inesgotáveis de pesquisa e revelam, ao pesquisador, um cabedal de informações. Ampliando as fontes de pesquisa a serem utilizadas por esse público jovem, são indicados pelos especialistas em educação e por diversos pesquisadores a utilização de jornais e textos impressos como recurso pedagógico, visando a solucionar os problemas, principalmente no que se refere ao conteúdo apresentado nos livros didáticos.

Se a falta de leitura ocasiona um baixo nível de conhecimento, sua prática habitual pressupõe o alcance de limites até então inatingíveis. Fundamentando-se nesse aspecto emerge o primeiro elemento da prática pedagógica: o objetivo a ser alcançado seria desenvolver nos alunos não só o hábito, como o gosto pela leitura. Com os documentos expostos, os alunos seriam levados a lê-los e estabelecer-se-ia uma aproximação com o real, com o concreto, com o conteúdo factual. Podendo os Arquivos serem utilizados por diversas disciplinas, a importância do contato do aluno com o documento é ressaltada por Margairaz ao explicitar a sua utilização no ensino das disciplinas de História e Geografia, especificamente. Segundo ela, "o contato direto com as fontes familiariza o jovem aluno com 'o real', passado ou presente, e estimula sua atitude indutiva, com exercícios feitos a partir de documentos concretos: ao remeter o aluno aos documentos, habitua-o a associar o conceito à análise que o origina e fortalece sua atitude de raciocinar a partir de uma situação real" (1989, p.2). Desse contato com o

² - A carência de leitura por parte do público jovem foi um dos temas analisados nessa edição.

real desponta o segundo elemento: o conteúdo. Por meio da leitura, o aluno obterá os conhecimentos acerca do objeto em estudo. Enquanto os livros didáticos buscam reproduzir partes de documentos “como substituto do real, como um resumo da memória coletiva apropriada para ressuscitar o passado ou torná-lo real” (1989, p.2), o documento de arquivo é dotado de características próprias que revelam sua unicidade, originalidade, organicidade e autenticidade. Tais características vão revelar e aproximar o sujeito, terceiro elemento, a uma mudança de mentalidade, a um processo contínuo de análise e compreensão dos fatos, bem como o conduzirá “ao desenvolvimento de seu espírito crítico e de sua capacidade de assimilar as problemáticas e as interrogações próprias do homem” (1989, p.2). Margairaz considera que esse “espírito crítico” é possível de ser consolidado com os alunos de 2º grau. No entanto, acreditamos que a prática pedagógica direcionada e objetivamente aplicada tenderá a ocasionar esse despertar nos alunos de 1º grau, inclusive. Por último, a prática pedagógica deverá estar inserida em um contexto que produzirá um estreitamento não só das relações entre o Arquivo e a Escola, como também com a comunidade em geral. Diante dessa perspectiva, os documentos de arquivo estarão desempenhando uma outra finalidade ao atuarem como instrumento de aprendizagem partindo do individual, os alunos, para o coletivo, a comunidade em geral.

Mencionamos que a educação gera mudanças. Se é nosso propósito, enquanto profissionais da informação, atuarmos de forma participativa nesse processo, há que se estabelecer um estreitamento na relação **Arquivo x Educação**. Esse binômio tem sido o instrumental de diversas instituições arquivísticas ao desenvolverem Programas Públicos.

3 - Os Arquivos como agente modificador

Os arquivos, por sua natureza, podem constituir-se em públicos (referentes à esfera federal, estadual, municipal e distrital) e privados (pessoa física ou jurídica). Pesquisas realizadas especialmente no Brasil demonstram que os Arquivos Públicos vêm sendo utilizados por um público seletivo, formado por pesquisadores e acadêmicos em geral. Nessas pesquisas não estão incluídos os estudantes de 1º e 2º graus³. A utilização que é feita por esse grupo específico de alunos nos Arquivos dos países de Primeiro Mundo é significativa, sendo

³ Um estudo do usuário do Arquivo Nacional foi realizado pela Profª Clara Kurtz na tese intitulada “O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação”, Rio de Janeiro, 1989. Destacamos que durante a realização da pesquisa a autora não identificou alunos de 1º e 2º graus.

em alguns deles já institucionalizada. No Brasil, a realidade é bastante distinta. Somando-se à pouca utilização que os acadêmicos fazem dos arquivos, tivemos conhecimento que poucas instituições arquivísticas realizam atividades educativas, os chamados "Programas Públicos", cujo público alvo são os alunos de 1º e 2º graus, e a comunidade em geral⁴.

A que objetivos estariam servindo os Arquivos Públicos que não o de atender a administração pública e os usuários que buscam neles encontrar os elementos fundamentais que subsidiarão suas pesquisas e que, por que não, também permitirão momentos de entretenimento? Nesse sentido, à função arquivística corresponderá o sentido de guarda, de preservação e, principalmente, de acesso.

A elaboração de pesquisas implica no aumento do nível cultural de um povo, o que, por sua vez, incidirá no crescimento da nação. Os acervos depositados nas instituições culturais são, simbolicamente, uma representação da sociedade. Os dados pertinentes ao processo desenvolvimentista no plano econômico, social e cultural estão esboçados nos documentos. No entanto, o cidadão comum e até mesmo os pesquisadores não identificarão e tampouco manifestarão uma mudança de mentalidade sem que sejam direcionados para tal, sem que tenham conhecimento do conteúdo do acervo e obtenham a garantia do acesso aos documentos. Segundo Heredia Herrera, as funções que se apresentam aos arquivos são três: recolher, conservar e proporcionar o acesso. Às duas primeiras, recolher e conservar, são atribuídas as atividades referentes ao tratamento técnico propriamente dito, a ser aplicado aos documentos. A terceira é vista por Heredia como "difusão, orientação, oferecimento de dados concretos, facilidade de acesso e consulta" (1991, p.95). Atuando nesse sentido, os arquivos estarão desempenhando função social. Vale ressaltar que o acesso aos arquivos tornou-se mais amplo somente a partir da Segunda Guerra Mundial, caracterizando a função social dos arquivos.

4 - Programas Públicos: novas funções dos arquivos

A utilização de uma linguagem simbólica permite o estreitamento de laços que anteriormente haviam sido perdidos ao atuar como veículo entre o cidadão e a sua história. O Arquivo Público é esse elo de ligação. É o órgão, no âmbito público, que deve estar imbuído em atividades visando ao resgate da cidadania, objetivando atuar no sentido de ser agente de transformação e de revelar-se como a identidade de uma determinada comunidade. A posição do Estado, segundo Chauí, deve ser de atuar como "serviço

⁴ No levantamento realizado constatamos que algumas instituições arquivísticas públicas já realizaram e/ou ainda desenvolvem Programas Públicos. São elas: o Arquivo Histórico da Fundação Casa de Rui Barbosa e o Arquivo da Cidade, no Rio de Janeiro; o Arquivo Histórico Municipal de Salvador; o Arquivo Municipal de Rio Claro e o Arquivo do Estado, em São Paulo; o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e o Arquivo Público do Distrito Federal.

público aos cidadãos" (1994, p.45). Por sua vez, cabe às instituições públicas, incluindo os Arquivos, estarem abertas, atenderem e servirem ao público, como enfatiza Schellenberg, "visto que os documentos públicos são propriedade do Estado, todos os cidadãos que coletivamente o constituem têm o direito de usá-los" (1974, p.317).

O papel que os Arquivos Públicos têm a desempenhar junto às comunidades e, de fato, marcante. Sendo que nesses arquivos estarão preservados os documentos das esferas federal, estadual, municipal e distrital, serão estes últimos que melhor poderão subsidiar as pesquisas de caráter sócioeconômico da comunidade que congrega. Toda a memória da comunidade, ou melhor, o que dela foi preservada, será passível de ser pesquisada, analisada e reconstituída tomando-se os documentos como elementos referenciais. Em vista disso, são os Arquivos Municipais que constituirão a base dessas pesquisas porque refletem a história da comunidade. As considerações que se seguem, apresentadas por Charles Andrews, reforçam o que foi exposto: "Nenhum povo pode ser considerado mestre de sua própria história até que seus arquivos públicos, reunidos e tornados acessíveis ao pesquisador, tenham sido sistematicamente estudados e determinada a importância de seu conteúdo... Os cuidados devotados por uma Nação à preservação dos monumentos de seu passado pode servir de medida do grau de civilização que ela atingiu. Entre tais monumentos, e ocupando o primeiro lugar em valor e importância, encontram-se os arquivos públicos, nacionais e regionais" (MALCHER, 1988, p.22). Caso os Arquivos Públicos não atuem no sentido de estarem abertos ao público estarão eximindo-se de sua função principal.

A finalidade de congregar os alunos aos Arquivos, segundo Babelon, é "para fazê-los conhecer as fontes da nossa história, para ilustrar e vivificar o ensino histórico, para despertar o gosto pelo passado e pelo conhecimento das atividades do homem, que fazem parte de sua evolução, e, dessa forma, melhor compreenderem o estado presente, para ajudá-los através deste sentido relativo, a formarem o espírito crítico" (1970, p.673). Se essa prática possibilita uma análise crítica, o sentido de despertar novos valores e, conseqüentemente, uma reformulação das idéias, o crescimento do cidadão efetuar-se-á pela mudança não só de atitudes, mas principalmente de mentalidades.

Por outro lado, se os arquivistas estiverem envolvidos somente no tratamento técnico dos acervos estarão deixando de executar uma das funções principais já apresentadas: favorecer o acesso aos pesquisadores. Couture acrescenta que "não é tarefa do arquivista apenas adquirir, tratar e conservar os arquivos. O objetivo final dos arquivistas é o de tornar acessíveis e de preparar a difusão das informações que os mesmos recolhem" (1982, p.257, grifos nossos). Nessa proposta inserem-se os "Programas Públicos", serviços que visam a atender à comunidade, aos estudantes e ao público em geral, diferindo do atendimento ministrado aos pesquisadores acadêmicos. As observações feitas por Blais revelam que "as estratégias de programação pública devem promover a imagem dos arquivos como organizações dinâmicas e vibrantes, dignas de apoio, e capazes de preencher as atuais e futuras necessidades informativas e culturais de seus patrocinadores e do público em geral" (1990, p.60, grifos nossos).

Sendo assim, os pressupostos que revelam o novo Arquivo Público junto à comunidade serão decorrentes da atuação do próprio Arquivo em constituir-se como equipamento de recursos didáticos e da intencionalidade em atrair mais pesquisadores, favorecendo o acesso.

Na utilização das fontes primárias por esse novo público, distingue-se uma nova função para os Arquivos como agente modificador. Constata-se que com o direito adquirido, o acesso torna-se ascendente. "À medida que os arquivos adquiriam sua dimensão científica e cultural, afirmava-se e se tornava mais nítido o direito dos cidadãos a um patrimônio arquivístico comum. Isto significava novas obrigações que deram origem às do serviço público atual: comunicar, auxiliar a pesquisa, aconselhar. A pesquisa universitária, que até então se desenvolvia, atulhava as salas de leitura dos depósitos de arquivo com um público desinteressado mas ávido, que encarava o direito de acesso aos arquivos como uma forma do direito à verdade" (FAVIER, 1978, p.6). Se, anteriormente, os Arquivos pouco contribuíam para a formação e educação do indivíduo, tendo em vista a pouca utilização que o próprio indivíduo deles fazia, muito poder-se-ia contribuir se, na contemporaneidade, lhes forem atribuídas atividades mais diversificadas. Adotaremos a definição proposta por Behr para os Serviços Educativos como sendo um programa que "compreende uma aula centrada no estudo de fontes originais únicas, podendo também serem organizadas exposições, cursos para jovens historiadores, projeções cinematográficas seguidas de debates e outras atividades análogas" (1974, p.131).

Contudo, a abrangência dos Programas Públicos extrapola o universo formado por alunos de 1º e 2º graus ao alcançar os cidadãos interessados nas exposições realizadas, o trabalhador comum em busca de entretenimento no intervalo da jornada de trabalho e até o turismo local, ao apresentar para os visitantes parte do patrimônio cultural. A análise realizada por Behr contribui de forma concisa junto aos arquivistas que ainda não apreenderam nem conseguiram assimilar a relevância das atividades educativas desenvolvidas nos Arquivos: "Os arquivos são instituições que têm uma missão cultural. Hoje em dia, não é possível que estejam exclusivamente a serviço da pesquisa e da administração. Por esta razão, há vários anos se estuda a possibilidade de colocar à disposição das escolas as fontes históricas que estão conservadas nos arquivos" (1974, p.131).

A função educativa realizada nos Arquivos tornou-se uma atividade essencial e rotineira em diversos países. Segundo Franz (1986, p.8), países como a França e a Inglaterra realizam periodicamente visitas aos Arquivos com alunos de diferentes idades e séries, e países do Terceiro Mundo, incluindo Sri Lanka e Zimbábue estão desenvolvendo atividades nesse sentido.

Aliada à função de tornar os documentos acessíveis, o Arquivo deverá fazê-lo divulgando o acervo e utilizando-se de diferentes recursos e até de marketing cultural⁵. Até que ponto podemos utilizar o marketing? Torna-se responsabilidade do arquivista atuar no sentido de difundir o Arquivo que esteja sob sua responsabilidade.

A contribuição das atividades educativas desenvolvidas pelos países do Terceiro Mundo, caso do Brasil, revela-se na formação da identidade nacional. As demandas advindas do "público jovem" abrirão novas frentes de pesquisa. A efetivação do uso dos Arquivos, na contemporaneidade, pelo "público jovem", tenderá a ser cada vez mais ascendente, de acordo com as considerações apresentadas por Bellotto, ao destacar que "é possível ao arquivo fornecer recursos documentais de base, não só ao ensino de história política e administrativa, mas a várias outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas e, evidentemente, das sociais, demonstrando suas atividades e concepções nos tempos idos" (1991, p.152).

No Brasil, o ensino sobre a comunidade à qual o aluno pertence é realizado na 3ª e 4ª séries do 1º grau⁶. Se os alunos pertencentes a essas séries forem levados ao Arquivo Público, terão uma complementação do ensino ministrado. Os documentos que contam a história da sua cidade estão preservados e eles poderão vê-los, constatar sua fidedignidade, compreender o sentido histórico dos fatos e fatores relevantes que os tornam resguardados. A esses alunos não serão transmitidos apenas os aspectos políticos, sociais, econômicos que integram a historicidade de seu município. Na sua essência, além desses conhecimentos, eles assimilarão o sentido dos conceitos de memória, patrimônio histórico e cidadania. O Arquivo Público congrega a memória da comunidade e, por isso, deverá difundi-la junto à comunidade. É essa a sua função.

Os desdobramentos desses Programas trarão resultados aos alunos das séries posteriores que se iniciarão também no campo da pesquisa. Esclarecemos que a proposta não objetiva transformar todos os alunos em historiadores ou pesquisadores natos, mas de fomentar o desenvolvimento de pesquisas e inserir o conceito de memória, patrimônio cultural e cidadania. E, complementando, o uso dos Arquivos Públicos poderá ser ampliado à medida em que a comunidade for educada para utilizá-los.

A trilogia a ser estabelecida aqui resulta em **memória/cultura/educação**, onde não se poderá atingir o ápice da educação sem que se busque, se remonte à memória; sem que se identifique e analise os documentos. Em complementação, Santos enfatiza que "a função maior da utilização dos bens culturais como recurso didático só é alcançada no momento em que, através da análise das vivências do passado, chega-se a entender o momento presente, em uma reflexão crítica que será provocadora de ações futuras".

⁵ Inserida na proposta desenvolvida no Arquivo Público Canadense, Gabrielle Blais salienta que além de técnica de marketing, os arquivistas devem "badalar" os documentos, ou seja, divulgarem ao máximo como se fossem produtos à venda (1989, p.61).

⁶ Na França e na Inglaterra os alunos dessas mesmas séries são levados aos Arquivos para, além de conhecê-los, serem iniciados à pesquisa sobre sua cidade. É importante destacar a idade dessas crianças: de 7 a 10 anos. Essas visitas são institucionalizadas, ou seja, fazem parte do conteúdo programático.

(1990, p.10). Face a essas propostas, buscar-se-á a interação das instituições arquivísticas no desenvolvimento das atividades concernentes à função educativa, a fim de torná-las os agentes modificadores, propiciando alterações nos indivíduos. Aliada à função principal dos Arquivos, que é a informação enquanto prova e/ou testemunho, consideramos ser essa a função principal a ser desenvolvida pelos Arquivos Públicos no que se refere aos serviços educativos. Sendo assim, o sentido da própria existência do Arquivo relaciona-se com a maneira deste revelar-se, ou seja, difundir e acessar as informações nele custodiadas.

Reforçamos o fato de que, para a efetivação dos Programas Públicos, faz-se necessária a interação **arquivo x escola**. Ressaltamos que os Programas Públicos só poderão ser implantados à medida que se efetuarem reformulações urgentes na política de acesso dos Arquivos Públicos de modo a favorecer sua abertura para o público jovem.

Entendemos que essa não pode ser uma função secundária a ser desenvolvida nas instituições arquivísticas. Alguns teóricos assim a definem, integrando-a à função do arquivo em servir à história. Defendemos que a interação **arquivo x escola** possui uma outra dimensão e abrangência e que cabe à arquivística contemporânea reconhecer seu mérito, aliando-a às funções tidas como principais e que até hoje os teóricos defendem e fazem referência em relação ao Arquivo: servir à Administração e à História⁷. Propomos, então, que seja vinculada às funções da arquivística contemporânea, a de servir à Educação atuando na formação do indivíduo e do cidadão.

Finalizando, enfocamos a necessidade das instituições de ensino, agentes educadoras, aliarem-se aos Arquivos, agentes de transformação, a fim de que haja uma reformulação não só no sistema de ensino ou nas funções arquivísticas, mas que provoque alterações nas gerações futuras, os alunos. Se é fato comprovado que poucas pesquisas são realizadas no Brasil, iniciá-los na pesquisa durante a sua formação é abrir novos horizontes, novos caminhos; é valorizá-los e contribuir para o crescimento cultural da nação.

A memória de uma nação não se constitui como prioridade única e exclusiva daquela nação, mas integra-se à história dos diversos países porque também reflete a história e a evolução da humanidade.

⁷ Essas duas funções foram decorrentes do surgimento dos arquivos. Percebemos que é momento de rever se as finalidades dos arquivos prevalecem sendo unicamente essas duas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. São Paulo: CENADEM, 1990.
- BABELON, Jean Pierre, BOUSQUET, R., SEVE, R. Les archives et l'animation culturelle. **Manuel d'archivistique: théorie et pratique**. Paris: Direction des Archives de France, 1970. p. 655-694.
- BAETA, Anna Maria Bianchini. **Educação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995.
- BEHR, Hans-Joachim. Archives and school education: possibilities, problems, limits. **Bulletin for Libraries**, Paris, v. 28, p. 131-138, 1974.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BLAIS, Gabrielle, ENNS, David. Intensificando o nobre sonho: programação pública nos arquivos canadenses. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4/5, n. 1/2, p. 55-68, jul./dez. 1989 / jan./jun. 1990.
- CARBONE, Salvatore. **Arquivo: fonte de civilização: introdução ao curso**. São Paulo: MASP/Arq. Públ. de São Paulo, 1981. f. 19.
- CHAUÍ, Marilena. Do direito ao privilégio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 jun. 1994. C. 1, p. 3.
- COUTURE, Carol, ROUSSEU, Jean-Yves. **Les archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche**. Trad. de Raimunda Sofia Costa e Silva. Montréal: Université de Montréal, 1982. p. 257-265.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10/14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.
- ESPOSEL, JOSÉ Pedro P. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói: Muiraquitã, 1994.
- FAVIER, Jean. Arquivos, memória da humanidade. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, p. 10-15, maio 1978.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 09 set. 1995. Caderno Especial Ler, p.3.
- FRANZ, Eckhardt G. **Archives and education: RAMP study with guidelines**. Paris: Unesco, 1986.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General: teoria y practica**. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- KURTZ, Clara. **O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para as suas necessidades de informação**. 1989. Diss. (mest.), UFRJ, 1989.
- LE GOFF, Jacques (coord.) **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. (Enciclopédia Einaudi, 1).
- MALCHER, Lia Temporal. **O arquivo público como agente de difusão cultural**. Arq. Púb. Estado. Florianópolis, 1985. p. 21-24.
- MARGAIRAZ, Dominique. **Support informatif et utilisation de documents dans l'enseignement d'histoire et géographie**. Trad. Circe F. Bittencourt. Paris: INRP, 1989.
- OLIVEIRA, Franklin. **Morte da memória nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. Salvador: UFBA, 1990.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 2. ed. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

**ARQUIVO
PÚBLICO**



DO DISTRITO FEDERAL

Membro do Conselho Internacional
de Arquivos CIA/UNESCO

Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Bloco 41,
NOVACAP - Brasília - DF - CEP 71.215-000
Telefone: 361-1454/Fax: 233-2191
<http://www.gdf.gov.br/sec/sce/arpdf>
E-mail: arpdf@gdf.gov.br

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO DF

PROJETO GRÁFICO

Editor de Arte: Oswaldo Sérgio (Dinho)

Revisão: Ana Cláudia C. B. Gracindo, Andréia S. Modtkowski, Georgete M. Rodrigues

Editoração Eletrônica: Dilson Faria Neves, Bruno Maciel

Reprodução Fotográfica: Marta Célia Bezerra Vale, Joaquim Firmino Cosmo

Fotolito: Antônio Cardoso Neto

Impresso na gráfica da FCDF

EQUIPE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA

Walter Albuquerque Mello (Superintendente) - Vânia Caldas (Chefe de Gabinete) - Luiz Fernando Corrêa Silva, Paulo Marcelo de Carvalho, Sebastião Afonso Moreira Fonseca (Assessores) - Rosa Marta Albuquerque Costa, Rosângela Souza de Moraes

NÚCLEO DE GESTÃO DOCUMENTAL

Zila Silva (Chefe) - Elizabete Silva Oliveira, Luiz Carlos M. Martins

NÚCLEO DE INFORMÁTICA

Flérica Cristóvão Lopes (Chefe) - Aldair Silva Couto, Paulo César Gusmão, Vilma Mesquita

GERÊNCIA DE ARQUIVO PERMANENTE

Lucia Margarida Alheiro da Silva (Gerente) - Adriana Gonçalves Silva, Carmen Valéria Soares Rocha Villar, Elza Maria Gomes Ribeiro, Jackson Cavalcanti Júnior, Joaquim Firmino Cosmo, Marcelo Gomes Durães, Marta Célia Bezerra Vale, Sandra Suelene Torres, Sevilia Maria Ximenes, Vani Rodrigues, Vera Lúcia Pereira Duarte

GERÊNCIA CULTURAL

Georgete Medleg Rodrigues (Gerente) - Oswaldo Sérgio B. Santos, Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo, Cleverton de Jesus Silva, Andréia S. Modtkowski, Bruno Maciel, Maria Aparecida L. de Araújo

GERÊNCIA DE PESQUISA

Marli Guedes da Costa (Gerente) - Eveline Knychala Silva, Marco Aurélio de Lemos Santos, Tereza Eleutério de Sousa, Maria Villar Ramalho Ramos, Virgínia Bárbara Alves

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Maria Genuína C. Martins (Chefe) - Jarisvaldo Nunes de Souza, José Freitas, José Leonardo Costa de Queiroz, Joselita Pereira de S. Sousa, Justino Moura de Sousa, Jomar Nickerson de Almeida, Lúcia Maria Damasceno Fernandes, Manoel Pedro dos Santos, Maria de Fátima B. Rodrigues, Maria da Conceição M. C. Pernambuco, Marlúcia Medeiros F. Rosendo, Oswaldo Pereira N. Neto



SECRETARIA DE
CULTURA
DO DISTRITO FEDERAL



GOVERNO
DEMOCRÁTICO
E POPULAR
GP